2

Apresentação geral da gramaticalização: conceituações, definições e limites propedêuticos⁸

Embora haja, nesta dissertação, capítulo específico para as condições próprias da gramaticalização (os princípios, mecanismos, motivações e efeitos que permitem a asserção sobre sua ocorrência), neste momento é oportuno ter-se um primeiro contato com as premissas maiores sobre as quais o fenômeno de mudança linguística pesquisado se baliza.

A gramaticalização pode ocorrer segundo orientações e definições teóricas diferentes, que convergem em alguns pontos, mas divergem em outros. No entanto, todas as bases de que parte o tema têm em comum o fato de que asseveram a variação e a mudança na língua como questão inelutável, e, portanto, digna de constantes pesquisas. Dessa forma, a gramaticalização, embora possa ser fenômeno nascido no âmbito da fala ou mesmo da escrita particular de algum autor ou época literários, tende a constituir, a partir do momento em que os utentes do idioma consagram aquela mudança no plano pragmático-discursivo, o próprio sistema e a própria estrutura do idioma, criando-se, pois, um novo paradigma para este.

Em outras palavras, a *mudança* coexiste com o *sistema* da língua, não sendo ambos (mudança e sistema) conceitos científicos incompatíveis.

Para isso, serão cotejados os pontos de vista Formalista e Funcionalista em relação à gramaticalização, que pode ser encarada como *processo* (que é o enfoque básico dado pelos estudiosos das questões eminentemente sociais, portanto primordialmente funcionalistas) ou como *paradigma*⁹, (terminologia preferida pelos formalistas, que, embora partam das interações sociais, preocupam-se em nomear os instrumentos gramaticais nascituros). Essa

⁸ Usou-se aqui o termo “propedêuticos” proveniente exatamente da parte da filosofia que se propõe apresentar conceitos que são necessários para determinado fim, porém não suficientes para o alcance completo desse fim. Dessa forma, o que será apresentado neste capítulo terá de ser cotejado com o capítulo “Gramaticalização: princípios, motivações e efeitos”, e ainda com o capítulo que os complementa, qual seja, “Formalismo e funcionalismo: perspectivas interdependentes no fenômeno da gramaticalização”.

⁹ Terminologias como “uso” (funcionalista) e “sistema” (formalista), aquele levando a este, também apontarão, como se demonstrará, para a necessidade de estudo sempre geminado entre as duas correntes principais da linguística, que se complementam mutuamente no que tange à gramaticalização.

dicotomia será explicitada na dissertação. No entanto, cumpre, desde já, salientar que, sem a perspectiva epistemológica funcionalista, os estudos de gramaticalização, mesmo que sob a égide do Formalismo, não poderiam ocorrer.

Basicamente, o idioma, em sua perspectiva normativa, preocupa-se em arrolar itens lexicais e gramaticais.

Os itens lexicais, também chamados de inventário aberto, signos linguísticos plenos, palavras principais, palavras lexicais, unidades lexicais, classes abertas de palavras, lexemas concretos, palavras principais (Givón, Hopper, Traugott) formam a parte normativa denominada dicionário, pois contém dições, verbetes, entradas ou cabeças léxicas¹⁰, fenômeno de mudança que recebe o nome de *lexicalização*.

Por outro lado, os itens gramaticais, ou inventário fechado, ou signos linguísticos vazios, palavras gramaticais, unidades gramaticais, classes fechadas, lexemas abstratos, lexemas acessórios, instrumentais, categoriais (idem, ibidem) são compilados na gramática normativa ou, mais propriamente, na gramática escolar de um idioma. É consensual o fato de que o processo de mudança que leva à concepção destes itens – a gramaticalização – é fenômeno mais frequente.

Um pesquisador do jaez de Benveniste trouxe contribuições à questão. Tratando da análise sobre metalinguagem gramatical (gramaticologia) e dicionarística (lexicologia), cotejando, pois, os dois inventários acima descritos, e demonstrando que a intercomunicação entre eles é frequente e necessária. Benveniste parece apontar, entre oscilações Formalistas, Funcionalistas e até Psicanalíticas (ele tem um capítulo em que insere Freud na discussão sobre mudanças linguísticas, de cuja escritura será tirado trecho abaixo), a dinamicidade dos significados, em função da própria dinamicidade da linguagem e da subjetividade humana, atreladas uma à outra. Em outros termos, o Autor, tratando dos pronomes, que, por via de regra, são instrumentos gramaticais, e não lexicais (uma vez que seriam, em tese, esvaziados semanticamente e

¹⁰ Em primeiro lugar, muitos dicionaristas utilizam, para LEXEMA, como foi visto, as expressões “entrada”, “verbeta”, “cabeça”, “unidade léxica”, fiando-se no *significante* como ponto de partida para a fatura dos dicionários, alegando, para tanto, que nem sempre é uma *palavra* o que vem encetando um verbete, mas, às vezes, frases feitas (os sintagmas fixos – para Herculano de Carvalho [1974], por exemplo, ou as lexias – para Pottier [1968]), e, até mesmo, apenas morfemas ou outros vocábulos categoriais (do campo do inventário fechado, da gramática, como o artigo, pronomes).

preenchidos como elementos de conexão discursiva apontando para o espaço/tempo ou para visões endofóricas ou intratextuais), ora complementa:

Entre *eu* e um nome referente a uma noção lexical [inventários fechado e aberto, respectivamente; gramática e dicionário, pois], há não apenas as diferenças formais, muito variáveis, impostas pelas estruturas morfológica e sintática das línguas particulares. Há outras, e que são de uma natureza mais geral e mais profunda. (Benveniste, 1998b, p. 278)

Benveniste parece, aqui, apontar para a questão da alteridade na linguagem, mas, sobretudo, para a questão da subjetividade que esta encerra. Isto é, além de meros “Artefatos” de gramática ou de dicionário (listas de palavras ou listas de regras morfológicas, sintáticas), a expressão nas formas linguísticas obedece à própria natureza do homem, sendo intrínseca a ele. A linguagem não é um instrumento, mas “ensina a própria definição do homem”

Assim se manifesta o mesmo Autor, em outro momento:

Na realidade, a comparação da linguagem com um instrumento, e é preciso que seja com um instrumento material para que a comparação seja pelo menos inteligível, deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem. Falar de instrumento é pôr em oposição o homem e a natureza. A picareta, a flecha, a roda não estão na natureza. São fabricações. A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou. Inclino-nos sempre para a imaginação ingênua de um período original, em que um homem completo descobriria um semelhante igualmente completo e, entre eles, pouca a pouco, se elaboraria a linguagem. Isso é pura ficção. Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem. (Benveniste, 1998a, p. 93)

Com isso, Benveniste intercomunica o que será à frente explicitado como visões predominantemente Formalista e predominantemente Funcionalista. Embora essas epistemologias ainda não tenham sido expostas para tratar da questão da gramaticalização, conveio expor-se, brevemente, as contribuições de Benveniste, exatamente porque ele relativiza a rigidez que separaria o plano da gramática do plano do dicionário, interligando-os pelo viés da subjetividade intrínseca ao ato de comunicar-se e produzir discursos ininterruptamente.

A respeito da subjetividade em relação à fluidez das classes morfológicas, também Bomfim (1988, pp. 49-57) observa, sob o título “Subjetividade e classes de palavras”, na esteira de Oiticica (1947), Halliday (1976) e Rocha Lima (1976), palavras que, devido à subjetividade de alguns advérbios, devem ser colocadas à parte desses. Com isso, a Autora também

abona o caráter subjetivo como motivador de classificações formais da gramática. Nesta dissertação, neste mesmo capítulo, abordar-se-á o caso da passagem do advérbio para as chamadas palavras denotativas como um caso de gramaticalização prototípico.

Assim, as palavras plenas ou concretas ou lexicais tendem, mais regularmente, a formar palavras vazias ou abstratas ou instrumentais ou gramaticais. A via oposta, embora existente, é, como se disse, menos comum. A explicação para isso parte de uma análise pragmática: do ponto de vista do discurso, é mais normal que se comece do concreto (léxico) para o abstrato (gramática, instrumento). Demonstram-no tanto a passagem da língua da criança para a língua do adulto (que vai se tornando, neste último, mais complexa, mais abstrata, com mais elementos de coesão e com mais orações subordinadas) (Givón, 1979), como na diferença entre o pidgin (língua artificial criada para um determinado fim, como comércio) e o crioulo (língua natural que se situa entre os sistemas de mais de uma língua) (Paul, 1966).

O primeiro teórico a explorar detidamente a gramaticalização, como se disse, foi Antoine Meillet, em 1912, em sua *Linguistique historique et linguistique générale*. Repare-se que a obra em questão veio à luz antes mesmo da publicação do *Cours* de Saussure, que, no entanto, ajudou a embasar a pesquisa de Meillet, apesar da crítica genética de que a mudança não é passível de estudo linguístico científico, como se verá. Por essa razão, partir-se-á da empreitada saussuriana, para, em cotejo com ela, verem-se as rupturas ao método histórico-comparativo (neogramáticos) vigente até 1916, bem como, tal qual já foi explicitado, a limitação inerente à episteme do mestre de Genebra no que concerne à sua recusa em aceitar a mudança como fonte da fluidez do sistema e da estrutura da língua.

Saussure concebia a língua basicamente como um estado, embora não desconhecesse nem descartasse por completo a noção de variação; apenas não a previa como passível de análise científica, porque a considerava fortuita e demasiado abstrata. Por seu turno, o estudo de Meillet já previa a língua como constante devir, não um produto fechado, sendo a gramática, antes do mais, um contínuo processo de gramaticalização.

O que Meillet, em seu artigo inaugural, previu como gramaticalização foi a passagem de um item do inventário aberto (lexical) para um item do inventário fechado (gramatical), assim representado:

(2') [lexical] > [gramatical]

Houve inúmeras contribuições a essa perspectiva de mudança, inclusive terminológica. Cite-se como importante correlato a nomenclatura dada por Martinet:

(2.1) [vocábulo nocional] > [vocábulo instrumental] (Martinet, 1978)

Também haverá outras nomenclaturas análogas, oportunamente apresentadas. Nelas, quando forem tratados os casos da metáfora e da metonímia¹¹, ficará mais claro o mecanismo propulsor.

(2.2) [velhas formas] > [novas funções] (Meillet, 1948)

(2.3) [concreto] > [abstrato]¹²

[-abstrato] > [+ abstrato]

(2.4) [-contexto] > [+contexto]¹³

(2.5) [forma livre] > [forma dependente]

(2.6) [-dependente] > [+dependente]

(2.7) [forma dependente] > [forma presa]

(2.8) [forma-fonte] > [forma-meta]

Para exemplificarem-se os casos (2.3) e (2.4) acima, mais particularmente ainda o caso (2.4), por ora, seria interessante a análise da passagem dos advérbios de lugar que deslizam gradualmente até os advérbios de concessão, isto é, de categorias cognitivas mais concretas para categorias cognitivas menos concretas, no seguinte *continuum*:

(2.9) [espaço] > [tempo] > [condição] > [concessão] = [-abstrato] > [+abstrato]

Para citarem-se parcimoniosos exemplos:

(2.9.a) Vou-me embora pra Pasárgada,

Lá sou amigo do rei [...] (Bandeira, 2003, grifamos)

¹¹ Quando se fala em “metáfora” e “metonímia” em gramaticalização, não se deve confundir com os casos das figuras de linguagem homônimas, como se verá. Só serão metáforas e metonímias pertinentes à gramaticalização aquelas que, partindo do discurso, entrarem efetivamente no paradigma formal da gramática. Com efeito, este é um dos casos que comprovam por que funcionalismo (discurso) e formalismo (paradigma gramatical) não devem ser dissociados no estudo do fenômeno da gramaticalização. Estar-se-á propugnando pela tese da *complementaridade* entre Formalismo e Funcionalismo, no caso do fenômeno em tela, adiante.

¹² Predominante na metáfora, entre outros casos que serão mostrados.

¹³ Predominante na metonímia, entre outros casos que serão mostrados.

(2.9.b) O homem, como o conhecemos, surgiu há cerca de 10 mil anos. De *lá* para cá, poucas coisas mudaram.

(2.9.c) E eu *lá* sou homem de meias palavras?

Em (2.9.a) o item “lá” indica espaço. Em (2.9.b), passa a indicar tempo. Em (2.9.c), há tão somente um marcador discursivo, informal, que enfatiza a sentença como um todo, e está arrolado na gramática na classe de palavras denotativas, que, para Oiticica (1947, p. 50, *apud* Bomfim, 1988, p. 72, s.u *Palavras denotativas*), “são ‘palavras que exprimem meros acidentes do discurso, como as interrogações, afirmações, confirmações, realces, correções, ressalvas, exclusões, designações, etc.’”

Sobre a passagem da [condição] para a [concessão], pode-se afirmar que esta última é uma especialidade daquela primeira, como se pode observar no caso de orações com as locuções conjuntivas “mesmo que”, “ainda que”, as quais, semanticamente, indicam que há uma condição (genericamente indicada pela conjunção “se”) somada a um adendo semântico de “não importa” ou “não fará diferença”.

Percebe-se essa presença da condição + o adendo semântico assinalado (o que torna menos abstrata a circunstância simples de condição e mais abstrata a concessão), numa frase como:

(2.9.d) Mesmo que chova, irei à praia.

Ou seja, “Se chover” (condição), “Isso não fará diferença” (adendo semântico da concessão) e “Irei à praia”, sentença precedida de elemento mais abstrato que a condição pura e simples (que é a concessão).

Também sobre a passagem de [espaço] > [tempo] será analisado o verbo “ir”, que passa de nocional (indicando espaço) para auxiliar (indicando tempo de futuridade), na parte de pesquisa de casos concretos desta dissertação.

O estudo dos advérbios também terá lugar na mesma seção do presente trabalho. No entanto, vale, desde já citar o trabalho de Bomfim sobre os deslizamentos semânticos e de uso em relação aos advérbios (cf. Bomfim, 1988, pp. 27-49)

Por sua vez, Kurylowicz (*apud* Heine *et al.*, 1991) acrescentou a possibilidade de gramaticalização como sendo a passagem, dentro do próprio inventário fechado, de um item *menos* gramatical para um item *mais* gramatical, assim representado:

(2.10) [- gramatical] > [+ gramatical]

Kurylowicz assim se expressa (1975 [1965], p. 52, *apud* Moura Neves, 2004, p. 115):

Grammaticalization consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical ton a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical, e.g. from a derivative formant to a inflectional one.

Hopper e Traugott (1993, p. xv, *apud* Moura Neves *id.ib.*) apresentam definição bem semelhante, aqui parafraseada:

A gramaticalização é definida como o processo pelo qual itens e construções gramaticais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Assim, Meillet (*apud* Gonçalves *et al.*, 2007) apresenta o exemplo do esvaziamento semântico paulatino do verbo francês *être* (“ser” ou “estar”), que deixa de ser palavra principal (quando junto de um advérbio de lugar), passando a palavra acessória (quando seguido de um adjetivo ou substantivo – o que se chamaria, hoje, verbo de ligação ou copulativo). No entanto, o próprio Meillet, embora não tenha nomeado explicitamente a diferença sutil da mudança ora vigente, previra o que Kurylowicz nomeou como [-gramatical] > [+gramatical], pois Meillet considerava, como gramaticalização, também, a passagem do verbo *être* como palavra acessória (ou verbo de ligação, mostrado acima, que é um item gramatical, e não lexical), para um verbo eminentemente gramatical (hoje chamado de verbo auxiliar, que é mais gramatical do que o verbo de ligação). Ou seja, ele previa a passagem de um item gramatical para um item mais gramatical, embora, repita-se, não o tenha nomeado. Este último caso seria o do verbo *être* + verbo (por exemplo para formar o passado composto da língua francesa, cf. “Il est arrivé”).

Ainda analisando os casos acima, pode-se citar como primeiro exemplo a passagem de um morfema que seja de cunho (ou função) peremptoriamente lexical para uma função primordialmente instrumental ou gramatical. Assim é que, por exemplo, a derivação, por criar entidades lexicais novas, interferindo,

pois, no inventário aberto, participa mais contundentemente da lexicalização. Se, por outro lado, um morfema de origem derivacional se tornar, entretanto, flexional (como a flexão de gênero, por exemplo), terá ocorrido gramaticalização no molde [-gramatical] > [+ gramatical]. Pode-se dar como exemplo, por ora, o caso do sufixo -inho (“relativo a”, cf. “marinho”, “ribeirinho”), em primeira instância, cria novas entidades léxicas (adjetivos ou substantivos); quando é usado na oposição *galo/galinha*, no entanto, funciona gramaticalmente como um exemplar da categoria de flexão de gênero em português, prototípica no idioma em questão.¹⁴

Modernamente, outros critérios têm sido adotados, podendo-se dizer que se considera gramaticalização, para algumas correntes, a passagem de qualquer material linguístico/discursivo para um item gramatical, donde o famoso aforismo atribuído a Givón: “A sintaxe de ontem é a morfologia de hoje”. Poder-se-ia representar a gramaticalização, aqui, da seguinte maneira:

(2.11) [material pragmático-discursivo] > [+ gramatical] ¹⁵

Aqui, em (2.11), pode-se citar, como um primeiro exemplo, meramente ilustrativo (já que se analisarão casos concretos adiante, na parte empírica desta dissertação), a comparação entre os empregos do item *também* nos dois casos abaixo:

(2.11.a) “A escola está *também* defasada em termos de infraestrutura tecnológica” – afirmou o governador.

(2.11.b) [...] Será que você não é nada que eu penso?

Também se não for não me faz mal

Não me faz mal não [...] (Leoni & Kerlakhian, 2010)

¹⁴ É bom lembrar que as categorias gramaticais mudam de um idioma para outro, mesmo as mais “básicas”, como as flexões de gênero e número ou mesmo modo, tempo. O inglês, por exemplo, não possui a redundância (cf. Câmara Jr., 1978) de flexionar todos os itens do SN em gênero e número, bastando que o núcleo apresente essas categorias, diferentemente do português, que não prescinde da flexão em todos os itens do SN. As categorias gramaticais cotejadas em idiomas distintos também é parte substancial da obra de Meillet já mencionada, que dedica vários capítulos à questão (cf. Meillet, 1948 [1912]).

¹⁵ Aqui também caberia a correlação [-contexto] > [+contexto], cf. item (2.5) acima.

Em (2.11.a), o item *também* corresponde a uma palavra denotadora de inclusão, e encontra-se mais afeito a uma percepção semântica plena, nocional, lexical. Já em (2.11.b), a palavra, no discurso, tem valor de adversativa, equivalendo a “entretanto”, que é mais gramatical, porquanto elemento de coesão entre os outros trechos do discurso (os versos 1 e 2 do trecho). Em (2.11.b), a coesão se torna mais complexa com a presença do item *também* do que com sua ausência. Não se levou em conta, portanto, apenas a mudança semântica, mas também a mudança funcional, categorial, gramatical, pois.

Essa complexificação no elemento ou na variável <coesão>, como se verá, e como já foi esboçado acima, é elemento de gramaticalização, tanto no nível do item (a palavra: [-elemento de coesão] > [+elemento de coesão]), quanto no nível da questão discurso (a presença de conectores: [-conectores] > [+conectores]). Em outros termos, a gramaticalização, quando observada no âmbito do item lexical>gramatical, aborda a mudança por um aspecto qualitativo, ao passo que, operando no nível do discurso como um todo, enfatiza o aspecto quantitativo (como se viu, a linguagem adulta, em comparação com a infantil, tende a apresentar maior quantidade de conectores).

Voltando-se à questão da análise por item lexical>gramatical (e não do discurso como um todo, que será mais bem perquirida adiante), repare-se que, em (2.11.b), o item *também* poderia ser retirado do contexto sem prejuízo semântico, o que comprova a sua função perempetoriamente conectora e, apenas subsidiariamente, semântica, relação que se inverte em (2.11.a), demonstrando-se, pois, o processo de gramaticalização ocorrido [-coesão] > [+coesão] ou mesmo [palavra nocional] > [palavra instrumental], para voltar-se à terminologia esposada por Martinet.

Com essa constatação, pode-se perceber que o item *também*, na mudança acima, passou por gramaticalização *lato sensu*, por assim dizer (as ligadas ao caso (2.11), acima exposto), mas também *stricto sensu* (as ligadas aos itens (2.1) e (2.10) acima). Essa primeira e preliminar constatação, apenas propedêutica, sugere que não se poderá estudar o fenômeno conceitual da gramaticalização de modo estanque, isolado do discurso, do falante, da construção concreta de sentidos promovida na interação e na produção discursiva real, seja artística (estética), seja estritamente comunicativa (ética)¹⁶.

¹⁶ A distinção aqui entre “estética” e “ética” é etimológica: ambas do grego: *Aisthesis* = sentimento/ *Ethos* = costume.

Vale ressaltar, por fim, que a percepção da mudança no idioma se faz notar, como ficou dito, nos planos fonológico, morfológico, sintático, semântico. Essas alterações se processam mediante o uso da língua diária, ou seja, na vida cotidiana, que, pragmaticamente, estimula empregos discursivos que modificam funções categoriais (gramaticais) e mesmo lexicais (lexicográficas). É conveniente a citação de Vendryès:

La vie favorise les transformations du vocabulaire parce qu'elle multiplie les causes que agissent sur les mots. Les relations sociales, les métiers, les divers outillages contribuent à transformer le vocabulaire, condamnent les vieux mots ou en modifient les sens, réclament la création des mots nouveaux. L'activité de l'esprit est sollicitée sans cesse à travailler sur le vocabulaire [...] (Vendryès, 1950, p 226, grifamos)¹⁷

Muitos chegam a entender, outrossim, que a gramaticalização poderia ser expressa como a passagem do processo de mudança (ocorrido no uso da língua, sobretudo falada) para o paradigma da gramática, chamando a essa via de gramaticalização (que, com efeito, pode ser entendida, e o é por muitos, como o resumo da própria gramaticalização), de paradigmática. Tal passagem seria assim representada:

(2.12) [processo] > [paradigma] = paradigmática¹⁸

Em outras palavras, a gramaticalização só ocorre quando, estando num processo *funcional* ocorrido no uso, entra ou está para entrar (termo já gramaticalizado ou termo em gramaticalização, respectivamente) no paradigma *formal* do idioma. Daí, mais uma vez, a incongruência que seria separar-se, ao se falar em gramaticalização, Formalismo de Funcionalismo, já que ambos são solidários, e não existem casos discretos ou apriorísticos de gramaticalização, uma vez que os casos concretos empíricos obedecem a parâmetros já devidamente concluídos e estabelecidos graças à coleta de dados ao longo da história das línguas.

¹⁷ Tradução nossa: A vida favorece a transformação do vocabulário porque ela multiplica as causas que agem sobre as palavras. As relações sociais, as profissões, os diversos usos contribuem para transformar o vocabulário, condenam as velhas palavras ou lhes modificam os sentidos, reclamam a criação de palavras novas. A atividade do espírito é solicitada ininterruptamente a trabalhar sobre o vocabulário.

¹⁸ No capítulo 9, serão apresentadas detidamente as diferenças estabelecidas por Lehmann para os eixos sintagmático e paradigmático em gramaticalização, correlacionando-os.

Não se deve falar em [sintagma] > [paradigma]¹⁹, pois, como se verá, o plano do sintagma está mais afeito à gramaticalização por metáfora, enquanto o do paradigma se apõe com mais nitidez à via metonímica.

Ainda, para um esboço, pode-se demonstrar a gramaticalização, sob o viés mais contundentemente funcionalista, como a diminuição no desempenho pragmático com conseqüente aumento na competência e no desempenho gramaticais (para usar-se a dicotomia competência / desempenho, proposta por Chomsky, 1980 [1957], Coseriu, 1967 e outros). Perceba-se que não se fala numa alteração da competência pragmática, mas do desempenho, que passa a integrar, por sua vez, a competência e o desempenho gramaticais. Aqui, basta compreender-se que a competência pragmática é, ao lado da gramatical, aquela que torna o sujeito falante mais apto a reconhecer as condições de uso de determinadas fórmulas presentes na interação. Está, portanto, adstrita aos conceitos provenientes da Sociolinguística Interacional (cf. Levinson, 2007), como tomadas de turno, scripts, esquemas, formas marcada e não-marcada, e assim por diante.

Bomfim (1988, p. 73, s.u. Pragmática) assim define, resumidamente, a questão: “Pragmática: estudo do significado, levando em conta os fatores da enunciação, portanto fatores extralinguísticos”.

Dessa maneira, a gramaticalização também pode ser descrita, por um caminho mais específico como:

(2.13) [-desempenho pragmático] > [+competência e desempenho gramaticais]

Um bom exemplo para o caso (2.13) seria o uso irrestrito, em certas regiões, do clítico TE, que deixa de representar tratamento mais íntimo, devendo ser pragmaticamente utilizado apenas em condições de familiaridade ou distensão, para ser abarcado por qualquer forma em que a segunda pessoa do discurso, na gramática, esteja presente, seja ela oriunda de um tratamento-fonte respeitoso (como “o senhor”), seja ela proveniente de um tratamento-fonte familiar (como “você”, “tu”). Isso sugere que o fator de enunciação que levava em conta a conveniência do tratamento [+respeitoso] ou [-respeitoso] (presente na

¹⁹ Ademais, os parâmetros de verificação de Lehmann levam em conta o eixo do paradigma e o eixo do sintagma, ambos assim como na metáfora e na metonímia, capazes de fornecer subsídios à constatação da gramaticalização.

competência e no desempenho pragmáticos) se esvaziou, permanecendo tão só a questão [segunda pessoa do discurso] quando do uso do clítico TE. Essa variação será estudada na parte desta pesquisa que se debruçará sobre os casos concretos, na oscilação, no português contemporâneo, nas formas de tratamento, em especial VOCÊ e os clíticos, dêiticos e endofóricos que o acompanham (o, a, seu, sua, lhe, te).

Num caso extremo, a gramaticalização pode, como se verá em muitos autores, a parte já gramaticalizada pode tornar-se zero, no que se poderia esquematizar como:

(2.14) [morfofonêmica] > [zero]²⁰

Meillet dá como exemplo o morfema descontínuo de negação do francês *ne + verbo + pas*, explicando que o *pas* tem origem em vocábulo que significava “passo” e que, historicamente, era usado apenas com verbos de movimento, vindo depois a ser estendido a todos os verbos. A extensão, contudo, perdeu o morfema de negação propriamente dito em muitos casos (o NE). Assim, o NE tornou-se [zero], em frases do tipo

(2.14.a) “Il mange pas de la viande”²¹, assim esquematizada

(2.14.a’) “Il [zero] mange pas de la viande”.

No caso do português, os casos de elipse, em que o vocábulo elidido já tenha vindo enunciado (zeugma)²² ou não, podem representar a gramaticalização da subespécie (2.14.a) acima.

Assim seria um exemplo:

(2.14.b) “Ele disse que faria o dever, mas não fez” [“o dever” > zero]

²⁰ Givón (1979) apresenta um processo anterior à morfofonêmica, e, portanto, mais complexo de chegada ao estatuto [zero], que será analisado adiante.

²¹ Tradução: “Ele não come carne”.

²² Embora muitos gramáticos só aceitem a zeugma como fenômeno em que se omite verbo já citado em oração anterior, como é muito frequente nas orações subordinadas adverbiais comparativas, outros aceitam a terminologia para a ausência de qualquer vocábulo que já tenha sido enunciado, como Gama Kury (1993)

Ou ainda o caso do reforço da negação após o verbo que pode tornar o advérbio de negação propriamente dito (antes do verbo), em muitas situações, um caso de [zero]:

(2.14.b') "Ele não veio não" > "Ele [zero] veio não"

É o caso do trecho da poesia abaixo, em que o modo imperativo se valeu do [zero] do advérbio de negação antes do verbo

(2.14.b.1) E qualquer desatenção, *faça não*

Pode ser a gota d'água [...] (Chico Buarque, 2010)

Também a pronominalização é fenômeno de gramaticalização, pois o item lexical, ao se transformar em pronome, assume forma de categoria gramatical. No entanto, no português, sobretudo no brasileiro, o pronome muitas vezes se torna [zero], como no caso a seguir:

(2.14.c) Eu vi o livro, mas não comprei

Equivalente a

(2.14.c') Eu vi o livro mas não [o > zero] comprei.

Há, em resumo, a acepção formal/funcional em que o discurso caminha à morfologia e sintaxe (morfossintaxe), ou, num esquema, "discurso > morfossintaxe" (Givón, 1979, p. 82). Na verdade, este último estudioso propõe um ciclo muito mais complexo, assim esquematizado: "discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero" (Givón, 1979, p. 83).

Para uma apresentação geral do tema, já apontando a várias vertentes que dele tomarão parte, o que foi exposto é necessário, pois são as premissas maiores sobre as quais esta dissertação pretenderá desdobrar-se.